

**Ccent. 72/2024**  
**Growth Partners\*Campicarn / Carnes Campicarn**

**Decisão de Não Oposição**  
**da Autoridade da Concorrência**

[alínea b) do n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio]

28/11/2024

**DECISÃO DE NÃO OPOSIÇÃO  
DA AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA**

**Processo Ccent. 72/2024 – Growth Partners\*Campicarn / Carnes Campicarn**

**1. OPERAÇÃO NOTIFICADA**

1. Em 31 de outubro de 2024, foi notificada à Autoridade da Concorrência (“AdC”), nos termos dos artigos 37.º e 44.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio (“Lei da Concorrência”), a operação de concentração que consiste na aquisição de controlo conjunto, pela Growth Partners Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (“Growth Partners”), através de dois fundos, Growth Inov – Fundo de Capital de Risco Fechado e Growth Iberia, Fundo de Capital de Risco Europeu Fechado, EuVECA, juntamente com a Campicarn SGPS, S.A. (“Campicarn SGPS”), sobre a Carnes Campicarn, S.A. (“Campicarn”) e a sua subsidiária CAMPI&D, Lda. (“CAMPI&D”).
2. A operação de concentração, ora notificada, já terá ocorrido<sup>1</sup>, tendo as Notificantes apresentado voluntariamente a notificação sem prejuízo de considerarem que a operação ainda não se encontra implementada.
3. As atividades das partes envolvidas na operação de concentração são as seguintes:

- **Growth Partners** - Sociedade de Capital de Risco que tem como atividade principal a realização de investimentos e a gestão de fundos de capital de risco, apoiando e promovendo a criação e o desenvolvimento de empresas em múltiplos setores de atividade<sup>2</sup>, através da participação temporária no respetivo capital social.

Nos termos e para efeitos do artigo 39.º da Lei da Concorrência, o volume de negócios realizado pela Growth Partners, em Portugal, por referência ao ano de 2021, foi de cerca de € [<100]milhões e, por referência ao ano de 2023, foi de cerca de € [<100]milhões.

- **Campicarn SGPS**<sup>3</sup> – Empresa que gere as participações sociais e empresas do grupo.

Nos termos e para efeitos do artigo 39.º da Lei da Concorrência, o volume de negócios realizado pela Campicarn SGPS, em Portugal, por referência ao ano de 2021 foi de cerca de € [>5]milhões e por referência ao ano de 2023, foi de cerca de € [<5]milhões.

- **Campicarn** - Empresa portuguesa que se dedica à produção de carne, incluindo a preparação, a fabricação e o acondicionamento de produtos à base de carne.

Nos termos e para efeitos do artigo 39.º da Lei da Concorrência, o volume de negócios realizado pela Campicarn, em Portugal, por referência ao ano de 2021 foi de cerca de € [>5] milhões e por referência ao ano de 2023, foi de cerca de € [>100]milhões.

---

<sup>1</sup> Em outubro [Confidencial – informação referente aos termos contratuais acordados entre as Partes].

<sup>2</sup> As duas principais áreas de atividade são: (i) tecnologia e (ii) saúde.

<sup>3</sup> A Campicarn SGPS, atua como *holding* do grupo, dedicando-se essencialmente à gestão de participações sociais e serviços de apoio à gestão das empresas do grupo. A Campicarn SGPS controla outras empresas, não incluídas no perímetro da transação e que se dedicam a diversas atividades, desde gestão de imóveis a exploração agropecuária, mais concretamente, a Campicarn - gestão de imóveis, S.A., Terragados - Exploração Agro Pecuária S.A. e Modelcarn - Sociedade Modelar de Produtos Alimentares, S.A..

### **Versão Pública**

- **CAMPI&D**<sup>4</sup> - subsidiária totalmente detida pela Campicarn que tem como atividade potencial o comércio por grosso de carne e produtos à base de carne e de carne vegetal e a investigação e desenvolvimento de produtos alimentares à base de carne e de carne vegetal.
4. A operação notificada configura uma concentração de empresas na aceção da alínea b) do n.º 1 do artigo 36.º da Lei da Concorrência, conjugada com a alínea c) do n.º 3 do mesmo artigo, e está sujeita à obrigatoriedade de notificação prévia por preencher a condição enunciada na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do mesmo diploma.

## **2. MERCADOS RELEVANTES E AVALIAÇÃO JUSCONCORRENCIAL**

### **2.1. Mercados relevantes**

5. Para efeitos da presente Notificação, tendo por base a atividade da Adquirida e a prática decisória da AdC<sup>5</sup> e da Comissão Europeia<sup>6</sup> sobre o setor da carne fresca, o mesmo poderá ser segmentado em diversos mercados, consoante a espécie animal em causa.
6. A Adquirida está presente nos seguintes mercados: (i) mercado da produção e comercialização de carne de bovino; (ii) mercado da produção e comercialização de carne de suíno; (iii) mercado da produção e comercialização de carne de aves e (iv) no mercado da produção e comercialização de carne de ovino.
7. A AdC, na sua prática decisória, considerou também a hipótese de uma segmentação consoante o respetivo canal de venda (venda a processadores industriais, canal HoReCa e o canal alimentar [distribuição moderna]).
8. Considerando que nenhuma empresa do portfólio de fundos de capital de risco – Growth Inov e Growth Iberia – se encontra ativa no mercado relevante da produção e comercialização de qualquer tipo de carne fresca, ou em mercados verticalmente relacionados ou mercados vizinhos, a Notificante entende que a definição exata do mercado de produto relevante poderá ser deixada em aberto, atendendo ao facto de a Transação não suscitar quaisquer preocupações jusconcorrenciais, independentemente da delimitação de mercado do produto que venha a ser adotada no presente caso.
9. Neste sentido, entende também a Notificante, que qualquer eventual segmentação do mercado, em função dos diferentes canais de venda, poderá, também, ser deixada em aberto.
10. Sem prejuízo, a Notificante apresenta informação acerca das vendas e estimativas de quotas de mercado da Campicarn para cada um dos tipos de carne comercializados, ou seja, produção e comercialização de carne de bovino, suíno, aves e ovino.

---

<sup>4</sup> Segundo informação prestada pelas Notificantes, a CAMPI&D [Confidencial – informação interna da empresa].

<sup>5</sup> Cf. decisões nos processos Ccent. 05/2011 FCR/Grupo MIF, de 24.02.2011 e CCent. 44/2011 – Fundo de Recuperação/Grupo Montebravo, de 19.01.2012.

<sup>6</sup> Cf. decisões nos processos Case M.8481 – ABP FOOD GROUP / FANE VALLEY / LINDEN FOODS, de 29.09.2017.

### **Versão Pública**

11. No que toca à delimitação geográfica, considerando a prática decisória da AdC<sup>7</sup>, a Notificante entende que estes mercados têm uma dimensão nacional, na medida em que os principais produtores de carne fresca atuam a nível nacional.
12. A AdC considera — para efeitos da presente operação de concentração e sem prejuízo de futuras delimitações distintas dos mercados em causa, atendendo à ausência de sobreposição horizontal e/ou de efeitos verticais e à consequente ausência de preocupações jusconcorrenciais — como mercados relevantes os mercados (i) da produção e comercialização de carne de bovino; (ii) da produção e comercialização de carne de suíno; (iii) da produção e comercialização de carne de aves; (iv) da produção e comercialização de carne de ovino, com uma abrangência geográfica correspondente ao território nacional.

## **2.2. Avaliação Jusconcorrencial<sup>8</sup>**

13. A operação de concentração traduz-se numa passagem de controlo exclusivo para controlo conjunto sobre as Adquiridas, não resultando da mesma qualquer impacto na estrutura dos mercados relevantes identificados, dada a ausência de sobreposição horizontal entre a atividade da Campicarn e a atividade das empresas que integram o portfólio dos fundos geridos pela GrowthPartners<sup>9</sup>.
14. Também não se identifica qualquer efeito vertical, considerando que nenhuma empresa do portfólio de fundos de capital de risco – Growth Inov e Growth Iberia - se encontra ativa em mercados verticalmente relacionados ou em mercados vizinhos.
15. Face ao exposto, conclui-se que a projetada operação de concentração não é suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva nos mercados analisados.

## **3. CLÁUSULAS RESTRITIVAS**

16. Nos termos do n.º 5 do artigo 41.º da Lei da Concorrência, a decisão que autoriza uma operação de concentração abrange igualmente as restrições diretamente relacionadas com a sua realização e à mesma necessárias.

---

<sup>7</sup> Cf. decisões nos casos Ccent. 05/2011 FCR/Grupo MIF, de 24.02.2011 e CCent. 44/2011 – Fundo de Recuperação/Grupo Montebravo, de 19.01.2012.

<sup>8</sup> A Autoridade considerou como quadro relevante para a análise de impacto jusconcorrencial, não apenas a tradicional análise prospetiva que é feita em controlo de concentrações, baseada, entre outros elementos, nas estruturas de oferta dos mercados no momento da operação, mas também a avaliação da evolução das atividades das empresas envolvidas na operação e dos respetivos mercados no período compreendido entre o momento da operação e o momento da notificação.

<sup>9</sup> Considerando os dados de mercado apresentados para 2021 e para 2023, a quota de mercado da Adquirida por referência aos diferentes mercados identificados, foi a seguinte: (i) mercado da produção e comercialização de carne de bovino [2021: [20-30]%; 2023: [20-30]%), (ii) mercado da produção e comercialização de carne de suíno [2021: [<1]%; 2023: [<1]%), (iii) mercado da produção e comercialização de carne de ovino [2021: [<1]%; 2023: [<1]%), (iv) mercado da produção e comercialização de carne de aves [2021: [<1]%; 2023: [<1]%).

### **Versão Pública**

17. As referidas cláusulas devem ser analisadas à luz da prática decisória da AdC e da Comunicação da Comissão relativa às restrições diretamente relacionadas e necessárias às concentrações (“Comunicação”)<sup>10</sup>.
18. O contrato na base da operação notificada contém uma cláusula de não concorrência, nos termos da qual [Confidencial – âmbito subjetivo, material e temporal da obrigação de não concorrência].
19. Considera-se que a obrigação de não concorrência se encontra coberta pela presente decisão no que respeita a atividades ou entidades concorrentes da Campicarn à data da celebração do Contrato em território nacional, por efeito da aplicação do disposto no artigo 2.º, n.º 2, da Lei da Concorrência.
20. No que respeita ao âmbito temporal, a obrigação encontra-se abrangida apenas enquanto se mantiver o controlo conjunto, tal como notificado, e em caso de perda de controlo, apenas pelo período de três anos contado do início da implementação da operação.
21. Mais se considera que a aquisição ou a manutenção de ações unicamente para fins de investimento financeiro e que não confiram, direta ou indiretamente, funções de gestão ou uma influência efetiva na empresa concorrente não são consideradas indispensáveis para garantir a transferência integral do valor da Adquirida, não estando, por conseguinte, abrangidas pela presente decisão<sup>11</sup>.

### **4. AUDIÊNCIA PRÉVIA**

22. Nos termos do n.º 3 do artigo 54.º da Lei da Concorrência, foi dispensada a audiência prévia das Notificantes, dada a ausência de terceiros interessados e o sentido da decisão, que é de não oposição.

---

<sup>10</sup> Publicada no JOUE C 56, de 05.03.2005, pp. 24 e ss. A Comunicação espelha a prática decisória da Comissão e a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia em matéria de restrições acessórias da concorrência no âmbito do controlo de concentrações.

<sup>11</sup> Comunicação, § 25.

## **5. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO**

23. Face ao exposto, o Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto, delibera adotar uma decisão de não oposição à operação de concentração, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 50.º da Lei da Concorrência, uma vez que a mesma não é suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva no mercado nacional ou em parte substancial deste.

Lisboa, 28 de novembro de 2024

O Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência,

**X**

---

Nuno Cunha Rodrigues  
Presidente

**X**

---

Miguel Moura e Silva  
Vogal

**X**

---

Ana Sofia Rodrigues  
Vogal

## **Índice**

1. OPERAÇÃO NOTIFICADA.....	2
2. MERCADOS RELEVANTES E AVALIAÇÃO JUSCONCORRENCIAL .....	3
2.1. Mercados relevantes .....	3
2.2. Avaliação Jusconcorrencial .....	4
3. CLÁUSULAS RESTRITIVAS .....	4
4. AUDIÊNCIA PRÉVIA.....	5
5. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO .....	6